

# Diário do Legislativo de 26/01/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB\*

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

\* Afastado do exercício do mandato por ter sido investido no cargo de Secretário de Estado da Indústria e Comércio

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

#### 1.1 - 6ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 - ERRATAS

## ATA

### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 13ª LEGISLATURA, EM 21/1/99

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 316 e 317/99 (encaminham vetos às Proposições de Lei nºs 13.980 e 13.979, respectivamente), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimento nº 2.783/99 - Questão de ordem - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Durval Ângelo e Raul Lima Neto - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos do Deputado Raul Lima Neto (2); aprovação - Requerimento do Deputado Hely Tarquínio; aprovação; verificação de votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Francisco Ramalho - Elmo Braz - Ivo José - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Anderson Aduato - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Durval Ângelo - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pérciles Ferreira - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires - Wilson Trópia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

- O Deputado Dilzon Melo, 4º-Secretário, na funções de 2º- Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Ermano Batista, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 316/99\*

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 13.980, que dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicações no território do Estado.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões de veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Ao examinar a Proposição de Lei nº 13.980, que "dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicações no território do Estado", a mim encaminhada para sanção, vejo-me na contingência de opor-lhe veto total, o que ora faço, por considerá-la infringente da Constituição da República, que reserva à União competência privativa para legislar sobre a matéria (arts. 21, XI, e 22, IV), bem como de intromissão indevida em assunto da economia interna das empresas.

Eis por que a devolvo à egrégia Assembléia Legislativa, para reexame.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 18 de janeiro de 1999.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 317/99\*

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões de veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Ao tomar conhecimento da Proposição de Lei nº 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica, vejo-me compelido a negar-lhe a minha adesão, fundado em razões de interesse público.

Ocorre que a liberação patrimonial de que trata a proposta vem a exame no momento em que a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, por minha recomendação, realiza o levantamento do cadastro imobiliário do Estado, com vistas a uma correta destinação de todos os imóveis disponíveis.

Destarte não é aconselhável, no curso daqueles trabalhos, qualquer movimentação de domínio, uma vez que a medida busca não só resguardar o patrimônio imobiliário, como também indicar o caminho de seu melhor aproveitamento no interesse da comunidade mineira.

São esses os motivos que me levam a opor veto total à Proposição de Lei nº 13.979, que faço retornar à augusta Assembléia Legislativa, para o necessário reexame.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 18 de janeiro de 1999.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

## 2ª Fase (Grande Expediente)

### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

#### REQUERIMENTO

Nº 2.783/99, do Deputado Raul Lima Neto, solicitando moção de repúdio pela humilhação imposta à Nação pelo Congresso Nacional, que, conforme publicação do jornal "Estado de Minas", condiciona a votação de projetos que lá tramitam à liberação de verbas para bases eleitorais. (- À Comissão de Administração Pública.)

#### Questão de Ordem

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, especialmente, tomo como questão de ordem o art. 56 da Constituição do Estado que diz assim: "O Deputado é inviolável por suas opiniões, palavras e votos. § 1º - O Deputado não pode, desde a expedição do diploma, ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processado criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa".

O art. 55 diz o seguinte: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros".

O Deputado é inviolável por suas opiniões, palavras e votos.

Sr. Presidente, o que demonstra a Constituição é que o Deputado, o parlamentar, é inviolável por suas posições, uma vez que é representante do povo para decidir a respeito de matérias que envolvem diretamente o povo.

Prestem atenção numa notícia do jornalista Chagas de Almeida que saiu no jornal "Estado de Minas" de hoje. Por sinal, esse jornalista tem um estilo gozador, mas é muito bom naquilo que faz.

Estou levantando a questão de ordem de acordo com a Constituição do Estado e provarei isso, Sr. Presidente.

Estou aqui exatamente para resolver dúvidas com relação ao Regimento Interno. V. Exa. irá perceber isso.

A reportagem diz o seguinte. (- Lê:)

#### "Voto Caro

O efeito da maxidesvalorização do real chegou ao Congresso. Ontem, as negociações para a conquista de votos a favor do aumento da contribuição dos ativos e dos inativos chegaram a R\$1.500.000,00, maior que as outras votações polêmicas. Explica-se: não se trata de colocar dinheiro nas mãos dos parlamentares, mas de liberação de verbas orçamentárias para os municípios de suas bases eleitorais. Alguns parlamentares esperam até a última hora para ver se o mercado político "valorizava" as verbas."

Sr. Presidente, gostaria de dirigir-lhe uma pergunta, uma questão de ordem formalizada. V. Exa. , na condição de Presidente desta Casa, tem condições de opinar sobre a Constituição do Estado e da União, e aqui, tenho como base a Constituição do Estado. Na verdade, um parlamento é paradigma do outro. O próprio jornalista justifica que as negociações foram feitas não para que o dinheiro fosse para as mãos dos parlamentares, mas para as suas bases eleitorais, a fim de que obras fossem realizadas. Mas, com um assunto tão importante como a contribuição previdenciária, deixou de ser relevante se a situação dos aposentados, dos ativos e dos inativos, se encontra em crise devido à corrupção existente, pelos rombos na Previdência do País, e se esse aumento vai sanar ou não o problema. As condições para que os rombos continuem são as mesmas.

Mas o que se levou em consideração era se se liberava verba para a construção de obras nas bases eleitorais de seus Deputados. Sr. Presidente, isso não só corrompe o poder, isso não só faz com que o Poder se torne um teatro - e nesta questão de ordem levanto um exemplo para V. Exa. julgar. Certa feita, este Deputado esteve no Congresso Nacional para defender a liberdade das rádios comunitárias que estava sendo julgada no Senado. Ali procurei três Senadores, inclusive as Senadoras Júnia Marise e Benedita da Silva. Prometeram que iriam defender a liberdade das rádios comunitárias, uma vez que além de ser constitucional, também faz parte da Carta das Nações de 94. Mas não defenderam o projeto. Fizem apenas um teatro, uma vez que já haviam acordado com o Senador Antônio Carlos Magalhães, dono das maiores emissoras de rádio da Bahia, que aquele projeto teria que ser derrubado no que tange à liberdade das rádios comunitárias no nosso País. Ora, os acordos firmados são mais importantes que a matéria, que deixa de ser julgada em seu mérito.

Outro exemplo: na época em que examinamos a matéria do IPVA e o Governador Eduardo Azeredo quis aumentar esse imposto, foi realizado um acordo de R\$300.000,00, em verbas, para que os Deputados realizassem obras em suas bases eleitorais. Ai, o IPVA passou. Não se refletiu sobre se o povo já paga imposto demais, onde são aplicados os recursos ou para onde foram designados. Conferem com isso as palavras de um profeta chamado Rui Barbosa. O parlamento do Império era uma casa de estadistas, mas o da República é uma praça de negócios. Isso é uma vergonha. É uma ignomínia para o parlamento brasileiro e para todos os demais. Pelo que, encaminho a V. Exa. uma moção de repúdio pela negociação no parlamento brasileiro. Muito obrigado.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Durval Ângelo e Raul Lima Neto proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Raul Lima Neto, em que solicita a inversão da pauta, de modo que o Projeto de Resolução nº 2.010/98 seja apreciado em

primeiro lugar, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Raul Lima Neto, em que solicita a inversão da pauta, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 52/98 seja apreciada logo após a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Hely Tarquínio, em que solicita a inversão da pauta, de modo que o Projeto de Lei nº 1.194/97 seja apreciado em último lugar, entre as matérias em fase de votação. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Durval Ângelo - Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Solicito aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 21 Deputados. Não há "quorum" para votação. A Presidência torna sem efeito a votação.

#### Questão de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, temos 21 Deputados em Plenário, o que é um número insuficiente para discussão do projeto. Caso V. Exa. vá fazer discussão, solicito a recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Ivo José) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 24 Deputados. Não há "quorum" para o prosseguimento dos trabalhos.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, têm sua discussão encerrada, em turno único, o Projeto de Resolução nº 2.010/98 e, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.951/98.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 26, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária, em 26/1/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao § 2º do art. 69 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/97, do Deputado João Leite, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I do art. 139. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51/98, do Deputado Ermano Batista, que altera o art. 45 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/98, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60/98, do Governador do Estado, que altera o art. 75 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.194/97, do Deputado Sebastião Costa, que altera a Lei nº 11.962, de 30/10/95, que institui as regiões administrativas no Estado de Minas Gerais. As Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado José Militão opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela rejeição da Emenda nº 6.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.010/98, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 1 a 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.951/98, da Procuradoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/98, do Deputado Anderson Adauto, que acrescenta parágrafos ao art. 18 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.028/98, da Deputada Isabel do Nascimento, que cria o Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 112ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 9h30min do dia 27/1/99

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.024/98, dos Deputados Dilzon Melo e José Militão; 2.029/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 27/1/99

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.841/98, da CPI do DOPS.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 107ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 27/1/99

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.960/98, do Governador do Estado; 1.942/98, do Tribunal de Justiça.

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 13ª LEGISLATURA

##### Discursos Proferidos em 19/1/99

O Deputado Dimas Rodrigues\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo das galerias, imprensa; ocupo esta tribuna para tecer considerações sobre matéria publicada no jornal "Diário da Tarde" do dia 14/1/99. A matéria trata da posição do nobre Deputado João Leite, do PSDB, por quem tenho grande respeito, pelo trabalho sério, pela conduta moral, pela seriedade como legislador. Peço vênua ao nobre Deputado João Leite, para discordar de sua posição com relação à escolha do Deputado Luiz Tadeu Leite para responder pela Pasta da Justiça e Direitos Humanos.

Ao contrário do que se pensa, o Deputado Luiz Tadeu Leite não representa nenhum retrocesso em matéria de Direitos Humanos. É um homem com grande habilidade e de grande experiência. É de minha região, do Norte de Minas, e posso testemunhar o seu dinamismo. Trata-se de um homem acostumado a lidar com as necessidades do povo, uma pessoa extremamente sensível. Advogado, radialista, professor de Direito Penal, foi Vereador por Montes Claros, tendo sido o político mais votado de toda a história política do município.

Elegeu-se Prefeito, para um mandato de seis anos; Deputado Federal; Prefeito novamente, para um mandato de quatro anos. Hoje, eleito pelo PMDB, partido do qual foi o fundador no Norte de Minas, continua majoritário em Montes Claros e o foi em diversas cidades da região. Montes Claros é a quinta cidade do Estado, pólo de desenvolvimento econômico e cultural, e Luiz Tadeu Leite é seu político de maior estrutura. Digo isto com muito respeito por outros companheiros desta Casa, também votados nessa cidade.

Trata-se de um político de origem simples. Órfão, foi adotado por um seminário, onde permaneceu até a adolescência. Confirmou ali sua sólida formação humanística e religiosa. Deixou o seminário pelo dever familiar. Começou a trabalhar ainda jovem, tendo servido à Faculdade de Filosofia do Norte de Minas. Sua inegável capacidade intelectual fez com que chegasse à Rádio Sociedade Norte de Minas, onde, através de um programa diário, consolidou sua popularidade e sua incansável luta em favor dos excluídos.

Emergiu como um Dom Quixote, simples, como o povo de Montes Claros, socorrendo os oprimidos na luta contra os interesses das classes mais abastadas. Ligado às comunidades da periferia, apavorou os que desejavam, através do voto, manipular o destino da cidade. Batalhador em favor das classes mais sofridas de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite conquistou a simpatia dos mais humildes, vindo a eleger-se Vereador. Isto gerou desconforto entre a classe privilegiada, que procurou perseguir-lo, tentando depreciar a sua imagem, utilizando estratégias cruéis. Mas Luiz Tadeu Leite não se conteve e afrontou a escravidão do voto. Com isso, contrariou interesses e conquistou forte oposição. Muitos tentam diminuir seu talento, mas não encontram sustentação.

Luiz Tadeu Leite é Secretário de Estado da Justiça e Direitos Humanos por merecimento pessoal. Poucos conhecem, como ele, a pobreza, a dor dos humildes, o abandono e a dificuldade. De pobre e órfão, passou a cidadão de valor, pai exemplar, homem de princípios e com grande capacidade de desenvolver um trabalho que vai marcar a história da justiça e dos direitos humanos no Estado de Minas Gerais. Não estou aqui para jogar confete, mas para dizer a verdade sobre um homem que admiro como pessoa e como político norte-mineiro, um homem que é um exemplo para Minas Gerais e para o Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras, ontem, em Belo Horizonte, houve um evento muito importante, um fato histórico. Muitas vezes, vivemos um momento histórico, sem perceber sua importância. Na posteridade, sem dúvida, haverá embasamento para se avaliar a importância do momento histórico que vivemos sem perceber. Talvez nem Silvério dos Reis e os demais inconfidentes tenham percebido o momento que estavam vivendo. Mais tarde, entraram para a história. Todo o Brasil sabe que o Estado de Minas é vocacionado por Deus para decisões políticas importantes. Ontem, percebemos isso.

O encontro de alguns Governadores de Estado, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, lembrou-nos a Revolução de 1932, quando esses Estados levantaram-se para que não se cindisse esta Nação tão maravilhosa, como bem disse o Governador do Rio Grande do Sul, tão inteligente, composta de uma mistura de europeus, africanos e americanos, campeões em tudo, mas sem oportunidade; naquela ocasião, Minas Gerais gritou para que o Brasil continuasse único e não fosse esmagado por uma decisão de São Paulo.

Hoje, um paulista quer esmagar o Brasil. Repete-se a história de uma forma diferente, subestimando ou levando à subserviência os Estados. Pudemos ver, naquele grito de Minas, a união dos Estados brasileiros, para uma reflexão mais séria, porque a Nação deve girar de acordo com os interesses do povo e dos Estados, e não os Estados de acordo com os interesses da União. A Nação não é a União. A Nação são os Estados, é o povo que compõe os Estados e vive esmagado por um Presidente centralizador, um déspota, um autocrata, um sábio a seus próprios olhos. Salomão, um dos maiores políticos de toda a História, comentava e definia, certa feita, no maior de todos os livros, no mais excelente de todos os manuais de governo, a Bíblia Sagrada, no livro dos provérbios, o seguinte: pior do que o estulto é o homem sábio aos seus próprios olhos, é o homem que não aceita conselhos, que se acha dono de toda a verdade, que não considera o homem, porque o principal é o homem, o indivíduo, o brasileiro. É necessário haver uma reforma imediata, um basta nessa centralização, nesse superpoder da União que esmaga os Estados brasileiros.

Nos países mais evoluídos, como Inglaterra, Canadá, Japão, EUA, França e tantos outros, os Estados têm autonomia jurídica, administrativa e tributária. Não é possível continuarmos com um modelo retrógrado. Aliás, mais que retrógrado, porque nossa Constituição tem à frente um homem que suga o povo brasileiro muito mais do que draconianamente. Dizemos que esse Governo legisla com leis opressoras, que esmagam, e, muito mais do que isso, tem à frente um amante de impostos, um homem que sangra o povo com impostos e mais impostos; que só encontra solução nos impostos. Um homem que quer ter crédito lá fora, fazendo aliança com o FMI, que quer ter crédito com outros países, mas, para que esse crédito seja mantido, para que a moeda seja mantida, esmaga o povo com juros exorbitantes, com os mais altos juros do mundo, pagando-os a preço de ouro e deixando escoar as nossas riquezas.

Nós, que somos brasileiros, tivemos a oportunidade, na legislatura que está terminando, de ver que agora nossas riquezas saem do País muito mais do que à época do Império. Na última assembléia, o nobre companheiro Deputado Tarcísio Henriques, a quem tanto admiro, usou a tribuna com muita eloquência, dizendo que, na época da monarquia, os impostos iam para Portugal. Não, Exa., com D. Pedro II, não. Quando nosso País era colônia, mandava um quinto das riquezas para Portugal - daí, a expressão "vá para o quinto dos infernos". Mas, hoje, o Brasil manda muito mais do que um quinto; na verdade, não fica nem com um quinto das nossas riquezas. Vejam as nossas leis, que, se não são burras, são coniventes. Chegamos a ouvir frases humilhantes, como a de Chang lang Chang, um dos possuidores da maior mina de alexandrita do mundo, que fica em Nova Era, que disse, alto e bom tom, para centenas de pessoas: "comparamos as autoridades brasileiras por US\$10.000.000,00". Vejam que nossas leis são tão falhas, que nem o Ministério da Fazenda e a Polícia Federal têm um homem que saiba avaliar as pedras que saem do País; saem como entulho e vão para outros países, onde se tornam peças para os ourives. Nosso País, que tem tantos recursos - naturais, minerais, hidrominerais -, tantas matas, tem também um povo capaz, trabalhador e com inteligência para achar soluções, quando se vê apertado por dívidas contraídas por péssimas administrações, por governos que furtaram, que entraram na fôrma deformada, a ponto de quebrar Bancos e instituições e de vender grandes empresas, sem prestar contas.

Por isso, a conta do Governo não deve ser aprovada, se ele não prestar contas de para onde foi, por exemplo, o dinheiro do BEMGE. Um Governador que adquiriu para si uma casa por mais de US\$2.000.000,00, em sua administração, tem de prestar contas. E o Governo, quando se vê apertado, ao invés de buscar solução em nossos recursos naturais, busca-a nos impostos: são impostos e mais impostos. Há, por exemplo, a CPMF - que, aliás, o Governo quer ver aumentada agora -, mas onde está a saúde? Nossas estradas estão acabadas, furadas, cheias de crateras. Nosso povo, sofredor. Nosso salário mínimo, humilhante.

O homem é desconsiderado, o pobre é considerado mercancia. Vejam, por exemplo, as companhias de terceirização. Conversava, ontem, com um amigo meu que trabalha com uma companhia dessas - ele é apenas gerente - e eu disse a ele: "Leonardo, quanto é que você ganha?". Ele disse: "Estou ganhando pouco, uma média de R\$5.000,00 por mês". E eu: "Mas e o proprietário de sua empresa?". Ele disse: "Bom, ganha uma média de R\$80.000,00". Eu: "E o pobre do trabalhador?". Ele: "R\$200,00!".

E nós permitimos isso. Quando falamos em emprego, na verdade falamos da perpetuação da iniquidade, porque no Brasil não há distribuição de renda, não há valorização do

trabalhador, da mão do homem.

Quando ainda era Vereador, tive um sonho - se vocês quiserem acreditar em sonho, acreditem. Creio que Deus também se revela por sonhos, porque acredito Nele. Vi-me em cima de uma montanha, e vi o povo brasileiro. E via o látigo dos exatores batendo. E havia um clamor. E eles levantavam as mãos, mãos grandes, sangrando. Era o povo brasileiro. E uma musiquinha cantava assim: trabalha, trabalha, trabalha, nego, trabalha.

Mandamos para fora e enriquecemos uma pequenina categoria, superenriquecemos, e, na hora de votar projetos, inclusive, se se ameaça o seu bolso, como o das estações rodoviárias, como o das passagens, como o dos banheiros gratuitos, dá-se mais do que desculpas.

Sr. Presidente, termino agora dizendo que, porque esta Casa tem de ser uma Casa modelo, padrão, paradigma para todas as outras, encaminhei, para ser aprovado, um requerimento com os seguintes dizeres: "Os Deputados que este subscrevem vêm, respeitosamente, à presença de V. Exas. requerer que seja nomeada uma CPI para apurar rumores de desvio de dinheiro e corrupção praticados pela Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ASLEMG." São rumores, e quem não deve não teme. Deixamos passar isso porque Agostinho Patrú disse-nos, quando o lançamos a primeira vez: "Vou constituir uma comissão especial para apurar." Como essa comissão nunca foi constituída, e nos foi cobrado isso, creio que esta Casa vai provar que começamos por dentro de nossa própria Casa, porque o juízo começa por dentro; porque creio que a nossa Nação tem chance. E tem chance porque tem homens que se levantam e que não calam a sua voz, como o nosso Governador, que se torna um líder nacional contra o abuso, contra a arbitrariedade, contra o furto, contra a opressão que se pratica contra a Nação brasileira, como o Presidente da República. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo \* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante do belíssimo ato que tivemos ontem em Belo Horizonte, não só a reunião dos sete Governadores de oposição que representam, antes de tudo, o resgate da idéia do pacto federativo no País, mas, principalmente, pelo fato de que já estávamos carentes, havia muito, nesta cidade, de ver o povo mobilizado, nas ruas, lutando por uma causa. E vimos um público flutuante de 7 mil a 10 mil pessoas na passeata, e um público fixo de 5 mil pessoas. E encontramos lá o cidadão comum, que estava na rua protestando e apoiando o Governador Itamar Franco.

Gostaria de ler um artigo de nossa autoria, que, em parte, foi publicado no jornal "Hoje em Dia" de domingo. Ele não foi publicado na íntegra por falta de espaço. O título original do artigo é: "A Culpa É do Itamar". (-Lê:)

#### "A Culpa É do Itamar"

Os economistas de plantão, a serviço do rei Dom Fernando II, já identificaram em seus gráficos e análises macroeconômicas que foi Itamar Franco que explodiu o "shopping center", digo, a economia brasileira. A grande rede de televisão, com seus satélites, no "Jornal Vergonha Nacional" (leia-se "Jornal Nacional"), já determinou ao autor da novela que mude o seu final porque o culpado é mesmo o Governador de Minas. Dizem algumas más línguas que até o Clinton, para se livrar do "impeachment", está apregoando que quem se encontrava com a Mônica no Salão Oval era o ex-Embaixador do Brasil em Washington. Até falaram de uma conspiração terrorista internacional partindo de Minas Gerais, negociada por Fidel Castro, para fazer de Saddam Hussein o novo imperador deste insignificante planeta azul.

Diante de todas essas evidências, exigimos: confesse, Governador Itamar Franco. Você é um agente perigoso a serviço do comunismo internacional. Você está querendo, e vai conseguir, derrubar o capitalismo, as bolsas de valores, a estabilidade financeira internacional. Não adianta negar, porque o tribunal da mídia e os teóricos de plantão já deram a sentença. Infelizmente, a máxima "repita uma mentira cem vezes, que ela se torna verdade" é o que vemos hoje nessa polêmica da crise brasileira, de alguma forma com a convivência de setores democratas importantes da sociedade civil.

Até um leigo em economia sabe que a causa desta crise é bem outra. Está ligada a uma nova forma de organização do capital, com preponderância do capital financeiro. Só para ilustrar: a Bolsa de Londres, em um dia, negocia o montante de divisas correspondentes ao PIB mexicano de um ano inteiro; em um dia e meio, o mercado financeiro mundial negocia mais divisas que o PIB anual do Brasil; na Alemanha, de 1985 até hoje, com pequenas variações, as transações externas do capital financeiro representam 80% do comércio externo do país; hoje o mercado de capitais financeiros tem uma dimensão 19 vezes maior que o comércio mundial de mercadorias e serviços.

Esses dados saltam aos olhos e mostram que alguma coisa está errada, há uma inversão de valores, que, dentro da própria lógica do capitalismo clássico, faria Adam Smith tremer em seu túmulo. É a vitória de um economista considerado medíocre no início de sua obra literária (é só lermos "O Caminho da Servidão" e veremos que ele se prestou a assessorar o ditador Pinochet na fase mais sangrenta de seu regime), que é Friedrich Hayek. Lá, de Mont Pèlerin (Suíça), numa nova forma articulada com outros neoliberais, em 1947, ele estabeleceu as bases de uma nova forma de capitalismo, que visava derrubar a força das organizações sindicais, a uma severa contratação de emissão monetária (alguns até propuseram o absurdo de privatizar a produção de moedas), à elevação das taxas de juros (para retrain o consumo), à redução drástica dos impostos para as altas rendas, à total abolição de regulamentações sobre o capital financeiro, à criação de níveis maciços de desemprego, à legislação antigreve, ao corte nos gastos sociais do governo e a um programa de privatizações. Até a democracia burguesa (pilar do capitalismo clássico) não era um valor absoluto para Hayek.

Conforme declarou ao jornal chileno "El Mercurio", em uma de suas visitas ao amigo Pinochet, disse que "se tivesse de escolher entre uma economia de livre mercado, com um governo ditatorial, ou uma economia com controles e regulações do capital, mas com um Estado democrático, escolheria sem dúvida o primeiro". Que o digam as mães que perderam seus filhos nas prisões chilenas, os filhos que ficaram órfãos, as famílias que ficaram enlutadas por algum ente morto na tortura, ou os estrangeiros que lá se exilaram, como o nosso rei de plantão. Então, é esse economista que hoje é, de alguma forma, a leitura obrigatória do Sr. Presidente.

No caso do Plano Real as causas da crise são mais evidentes, em virtude de sermos um país periférico e dependente (quem pensou, em parte, essa questão, pediu que esquecêssemos o que ele escreveu). Em 1994, quando foi lançado o Plano Real, a moeda já estava sobrevalorizada e assim continuou. Até por questões políticas, para incutir no imaginário popular de que tínhamos uma moeda forte, o que rendeu muitos votos em 1994 e 1998. Isso estourou a balança comercial, que vem acumulando sucessivos déficits e sangrando as divisas brasileiras, que eram de US\$70 bilhões e hoje estão em US\$30 bilhões. A política de juros tem a maior taxa praticada hoje, no mundo, superando, inclusive, a da Rússia, com claro objetivo de bem remunerar o capital especulativo, estourando as dívidas da União, dos Estados, dos municípios e até de cidadãos comuns. Conforme afirmou o brasilianista famoso Thomas Skidmore: "Itamar é um jogador pequeno nisso".

Toda essa política neoliberal controla a inflação, o que é inegável, mas o custo social é alto, com 13 milhões de desempregados, com a quebra nos Estados e municípios e com um processo recessivo nunca visto em nosso País. O remédio, dentro da lógica oficial, pode até ser bom, mas em excesso está matando o paciente, que é o próprio povo brasileiro.

Então, Governador Itamar, está certo o Presidente do Senado, Sr. Toninho Malvadeza, proibir sua presença naquela Casa de leis; está certo o Planalto proibir sua entrevista ao repórter Paulo Henrique Amorim, que teve uma das posturas mais éticas na imprensa sobre esse episódio; está certo o telejornal "Vergonha" Nacional falar que você é caloteiro e culpado de tudo. Tem horas em que eu acho que o maior calote que estamos tendo neste País é o da informação. Confesse sua culpa, Sr. Governador. Não aumente a agonia do Governo, senão, logo você será o culpado pela seca no Nordeste, pelo desemprego no País, pela explosão do "shopping center".

Só, Governador, que a sua culpa real foi ter levantado a voz no Brasil, foi ter acalentado o nosso sonho de lutar contra a apartação social, ter abraçado a nossa esperança, ter confiado na política como ferramenta de transformação social. Por tudo isso, os pobres deste País o absolvem, os servidores públicos (que antes do senhor eram bodes expiatórios da crise) o absolvem, Minas (a de Tiradentes, então a dos joaquims silvérios dos reis) o absolve. Quem sou eu para condená-lo... Acho que a tudo isso a resposta foi o acontecimento de ontem, com o apoio maciço do povo nas ruas.

Outras mobilizações, outras manifestações virão. Enquanto a voz das ruas for ouvida pelo Governo do Estado ele terá o apoio dessa voz. Entendemos que o rei, encastelado no seu poder, no Palácio do Planalto, há de descer do pedestal, há de ouvir o povo, há de ver que o país do real não é o país da realidade, que dê condições de vida à maioria dos pobres desse nosso pequeno torrão de terra.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, presentes às galerias, imprensa, ocupamos esta tribuna para abordar dois temas que gostaríamos de discutir com o conjunto dos Deputados e Deputadas e com o povo mineiro. Em primeiro lugar, como fez o Deputado Durval Ângelo, gostaríamos de reconhecer que ontem tivemos mais um dia histórico na vida nacional, quando a população foi às ruas de Belo Horizonte. E não poderia ser em outra cidade, não poderia iniciar em outro Estado deste País um movimento para alcançar a soberania nacional e lutar contra a imposição do FMI.

Vimos, ontem, o povo de Minas entendendo que as mobilizações e transformações não podem ocorrer apenas em reuniões, em palácios, mas que elas também precisam do clamor das ruas. E o que vimos ontem foi exatamente isso. Enquanto os Governadores se reuniam no Palácio, o povo se reunia nas ruas, nas praças, e gritava que não aceita mais a receita amarga que o FMI coloca para o País. A população já entendeu que, se não mudarmos essa política econômica, se não mexermos na taxa de juros, se não começarmos a gerar empregos, não há saída para este País.

Ontem, juntamente com outros Deputados, tivemos oportunidade de participar do movimento desde o início, da concentração, na Praça Sete, até a caminhada ao Palácio da Liberdade. Outro fato histórico é o povo participando ativamente. Ao chegar ao Palácio da Liberdade, tivemos mais uma vitória da democracia. Ao invés de encontrarmos os cordões da polícia, os cachorros da Polícia Militar cercando o Palácio para se confrontar com a população, vimos as correntes do Palácio no chão, vimos a porta do Palácio se abrindo para que a população pudesse expressar ali, junto com os Governadores, a sua indignação e a sua insatisfação. Tivemos uma grande manifestação ali, e isso vai ficar registrado nos anais da história deste País.

Mais uma vez, de Minas Gerais parte um grande movimento para que possamos mudar nossa realidade. Não podemos mais continuar assistindo a esse Governo impor uma política que leva ao desemprego, que atrasa salários. Aí começamos a discutir quando ele pede um prazo para pagamento e chama o Governador de caloteiro. Eu pergunto: o que é um Governo que atrasa o salário dos seus servidores? Estamos vivendo essa situação aqui na Assembléia Legislativa. Os servidores desta Casa, que também trabalham, que fazem com que a Assembléia Legislativa seja uma das mais eficientes deste País, estão sem receber. Hoje já é dia 19, e os trabalhadores, os homens e as mulheres que lutam para manter o nome desta instituição, ainda não receberam seus vencimentos.

Eles têm as contas do IPVA e do IPTU para pagar. No entanto, como pagá-las se não receberam? Muitos estão no cheque especial ou pedindo a prorrogação do pagamento de suas dívidas, pois não recebem seus salários. O que é isso? Como podemos explicar esse fato? É calote ou o quê? Queremos, mais uma vez, cobrar da Mesa Diretora. Entendemos ser importante o que ela está fazendo, constituindo, em Brasília, uma equipe para cobrir os trabalhos da bancada mineira no Congresso Nacional, criando, evidentemente, um espaço importante para que o povo de Minas acompanhe o trabalho de seus representantes. Apesar de importante, isso também tem um custo, e queremos que o pagamento dos servidores desta Casa seja feito. A Mesa está fazendo um bom trabalho ao abrir aquele espaço em Brasília, ao fazer a reforma do prédio da Casa. No entanto, mais importante do que a reforma dos gabinetes, mais importante do que manter uma equipe de trabalho em Brasília é honrar o compromisso de garantir os salários, a fim de que os servidores possam trabalhar melhor e, conseqüentemente, também honrar seus compromissos. Gostaríamos de cobrar isso da Mesa Diretora. Pelos informes, temos visto a Assembléia fazer inaugurações e mais inaugurações do canal 11, a TV Assembléia, pelo interior do Estado. Queremos o mesmo desempenho, a mesma vontade para solucionar o problema dos servidores desta Casa, ou seja, garantir o pagamento dos salários na data correta. Portanto, desta tribuna, gostaríamos de ser a voz desses servidores.

Além disso, queremos abordar outra questão, nesta tarde. Hoje, pela manhã, tivemos uma reunião na Secretaria da Educação para rediscutir o processo de municipalização de ensino na cidade de Uberlândia. No mês de dezembro, mais precisamente no dia 23, próximo ao Natal, os trabalhadores da educação de Uberlândia foram surpreendidos com mais uma medida arbitrária da Secretaria da Educação e do Governador Eduardo Azeredo, municipalizando 13 escolas, demitindo, mandando para a rua mais de 600 trabalhadores, entre professores, pessoal de secretaria e serviços. Com o Governador Eduardo Azeredo e com o Secretário João Batista dos Mares Guia não havia possibilidade do diálogo, pois, de forma autoritária, escolhiam e definiam as escolas. A partir da semana passada, e hoje, concretamente, foi suspenso o processo das 13 municipalizações, abrindo-se o processo de discussão. Portanto, foi uma vitória da mobilização dos trabalhadores da educação, da comunidade de Uberlândia, dos pais, dos alunos, que foram para a rua, para a Câmara Municipal, exigindo que a Prefeitura cobrasse do Estado, que não pode simplesmente transferir responsabilidades para o município sem a devida contrapartida. Foi mais uma vitória da mobilização do SIND-UTE e da população. Acreditamos que as únicas transformações em qualquer parte do mundo somente irão ocorrer a partir da mobilização, da participação ativa da população. Por isso, participamos de todas as mobilizações, porque acreditamos que assim conseguiremos resultados positivos. Amanhã, em Uberlândia, vamos lutar para que sejam revertidos os processos relativos a metade das escolas. Estaremos, numa reunião, democraticamente discutindo com todas as escolas e com a Prefeitura, fazendo o que o Estado deveria ter feito o ano passado. No entanto, lamentavelmente, essa não era a postura do Governador Eduardo Azeredo e do Secretário João Batista dos Mares Guia.

Mas, felizmente, na Secretaria da Educação acabou a era dos donos de escola particular que tumultuaram o processo de ensino e aprendizagem de Minas Gerais. Felizmente, agora, as pessoas que entendem um pouco de escola, em especial de escola pública, reassumiram sua posição. Algumas medidas tomadas pelo Governo anterior já foram revogadas, como a aprovação automática. Alunos que iam à escola, independentemente de aprenderem ou não, passavam de ano para que os donos de escolas pudessem mandar resultados para o FMI, para o Banco Mundial, a fim de receberem mais recursos. Felizmente, essa vergonha foi revogada na semana passada. Nas escolas, os alunos vão passar a ter uma educação de qualidade, tendo que demonstrar realmente se aprenderam ou não. Acabou aquela farra de apenas apresentar números. A criança era apenas um dado estatístico para se mandar para o Banco Mundial e, assim, receber verbas e títulos dizendo que Minas acabou com a repetência e a evasão. Desse jeito é fácil, mas queremos ver é qualidade do ensino. Muitos pais que tinham uma certa condição retiravam seus filhos da escola pública e levavam para a escola particular. Todas essas questões estão sendo revistas. A partir de fevereiro iremos conseguir abrir uma CPI para discutir a situação da educação. É um absurdo o que fez a Fundação Renato Azeredo, que administrava o dinheiro da UEMG; só não levaram as lâmpadas porque não deu tempo. Liquidaram o restante, dilapidaram o patrimônio daquela instituição. Todas as verbas que foram para lá foram levadas. Desde agosto, mais da metade dos municípios de Minas não recebe o dinheiro do FUNDES, que eram exatamente os 15% que são bloqueados dos municípios e mandados para o custo/aluno. Várias escolas estão sendo ameaçadas de corte de energia e de água porque o Estado não pagou. Mas essas questões serão revistas, e um dia as pessoas que fizeram isso serão responsabilizadas. Queremos saber sobre essas empresas de consultoria que foram montadas pelo Sr. João Filó, ex-Secretário Adjunto. Queremos saber sobre essas instituições montadas por vários funcionários de alta patente da secretaria que recebiam entre R\$8.000,00 e R\$10.000,00 por mês para assinar relatórios que eram preenchidos nas escolas estaduais. Essa farra felizmente acabou. Vamos ter novamente a escola funcionando como deve funcionar.

Ficamos indignados e tristes quando vimos o que foi utilizado da educação e a propaganda mentirosa, dinheiro do povo gasto para tentarem difundir uma mentira. Mas, felizmente, tudo isso está caindo agora, e o povo está descobrindo o que aconteceu na educação.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, queremos aqui, mais uma vez, manifestar toda nossa solidariedade com a moratória decretada em Minas Gerais. Queremos aqui deixar registrado todo o nosso apoio às manifestações populares. Estaremos levando essas manifestações para as principais cidades do nosso Estado. Em Uberlândia já estamos preparando uma manifestação. Queremos deixar registrado que Minas Gerais, mais uma vez, levantando a sua voz, vai ajudar a reabrir o debate nacional, para que possamos ter uma nova política econômica, que leve em consideração a geração de empregos, a melhoria das condições de vida e uma educação pública gratuita de qualidade. E, acima de tudo, esperamos que a Mesa da Assembléia, em que acreditamos e que é nossa representante, tenha também o mesmo empenho, para que possamos ter resolvido o pagamento dos servidores desta Casa, para que possamos também ajudar a diminuir os problemas. Se os servidores receberem vão comprar, pagar suas contas, e vamos movimentar a economia e aumentar a receita deste município e deste Estado e, conseqüentemente, melhorar toda a economia de Minas. É por isso que estamos aqui pedindo e, no que depender de nós, estaremos solidários com a Mesa para que esse problema seja resolvido e possamos diminuir a aflição de todos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendemos, na tarde de hoje, quanto à observação feita nos pronunciamentos aqui desenvolvidos pelos que me antecederam nesta tribuna, fazer algum comentário sobre tudo isso.

Primeiramente, queremos reforçar as palavras do Deputado Durval Ângelo, quando ele citava a manifestação popular de ontem, que, a partir da Praça 7 de Setembro em direção à Praça da Liberdade e ao próprio Palácio da Liberdade, foi uma manifestação de êxito. Realmente, poderíamos dizer, assim como ele, que também colocaríamos o número de pessoas da multidão acima daquele cálculo feito pela PMMG. Também acreditamos que mais de 5 mil pessoas se concentraram na Praça 7 e, em passeata, dirigiram-se à Praça da Liberdade. Foram momentos de emoção, porque desde os idos do último golpe militar brasileiro, dos idos de 1964, jamais uma manifestação popular contava com a proteção da ordem pelas próprias autoridades, num significado de amadurecimento político e de ampla redemocratização deste País.

Mas queríamos fazer uma outra observação, também sobre as palavras do Deputado Durval Ângelo, quando ele se referiu, naquele seu artigo que também tivemos oportunidade de ler, ao "shopping center". Acho que isso não é uma coincidência, nobre Deputado Durval Ângelo, porque recentemente tivemos oportunidade de ler um livro denominado "Teorias da Globalização", de Octávio Ianni, que se refere às publicações das maneiras mais emblemáticas possíveis, a que chama de "metáforas da globalização". E assim temos, por exemplo, o "shopping center" global, que virou nosso planeta com esse fenômeno, teríamos a fábrica global, teríamos a aldeia global.

Outros também, tanto quanto ele, dizem de outra metáfora da globalização como o fim da história, significando que o capitalismo seria o definitivo. Outros, e também Octávio Ianni, referem-se a esses emblemas da globalização como o fim da geografia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Deputado Durval Ângelo, nobre Deputado Gilmar Machado, que ainda há pouco criticava a submissão do Brasil e do Governo de Minas ao FMI, não diria que essa submissão é particular de um governante ou outro, mas é uma submissão que se caracteriza por uma opção humana.

Na verdade sobre esses conceitos emblemáticos da globalização citados por Octávio Ianni em seu livro "Teorias da Globalização", aos quais ele se refere, com propriedade, como metáforas da globalização e aos quais há pouco nos referimos, sugerimos que o autor acrescente entre essas metáforas, entre os seus emblemas da globalização, o "bordel global".

Por que "bordel global", Sr. Presidente, Srs. Deputados? Porque, na verdade, aceitamos a globalização como um fenômeno inevitável e inarredável da humanidade, dentro de um conceito que chamaríamos de comunidade global. Seria legítimo, seria fraterno os seres humanos viverem nesta nave espacial que é o planeta Terra. No livro de Octávio Ianni esse é outro dos emblemas da globalização. Nesta nave espacial que gira e tem uma trajetória pelo infinito do universo deveríamos viver em comunidade.

Não podemos aceitar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o imperialismo global, outra forma de imperialismo moderno, no qual uma nação, conluída com outras nações, torna-se o poder dominante desta aldeia global.

Gostaria de explicar o meu conceito de "bordel global" para que o autor Octávio Ianni pudesse incluí-lo em próxima edição de seu livro "Teorias da Globalização". Na verdade, o nosso planeta ficou em uma dependência extrema da globalização econômica que nós não desejaríamos. Repetimos, aceitamos a comunidade global dos novos tempos do avanço da humanidade, mas não podemos aceitar o imperialismo global. Dentro desse imperialismo global vai predominar esse "bordel global", no qual o Brasil se apresenta como uma prostituta de luxo cheia de atributos físicos, atributos que vão sendo perdidos, como as telecomunicações, as nossas riquezas minerais como a Companhia Vale do Rio Doce, etc.

Não tenho preconceito em relação à prostituição, porque não somos preconceituosos, mas diríamos que, dentro desse "bordel global", o nosso Brasil é uma prostituta de luxo que vai aos poucos perdendo os seus atributos físicos. O Brasil pode fazer uma caminhada semelhante à de uma prostituta que, ao envelhecer, perde todos os seus atributos e encantos físicos para dar lugar, muitas vezes a uma pessoa carente e necessitada, merecedora da compaixão de outrem.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos hoje, nesta tarde, esse comentário, para ilustrar os pronunciamentos dos colegas que falaram sobre a submissão em relação ao FMI.

É deprimente para o Brasil ver os nossos governantes se dirigirem para Washington, de maletinha preta na mão, a fim de tentar voltar com ela cheia de notinhas verdes do país hegemônico, do imperialismo global. Deveríamos ter vergonha, deveríamos nos sentir humilhados ao assistir a cenas como essa. O nosso País não está mais de joelhos, mas rastejando diante dessas potências econômicas da globalização.

Outra questão que queríamos realçar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é sobre a reunião de Governadores ontem. No entendimento geral, foi um sucesso, porque os Governadores se uniram e puderam esboçar o sentimento de basta à submissão internacional do Brasil. Mas, para isso, precisamos motivar o nosso povo, mobilizar as massas populares para que elas fiquem do lado daqueles que podem exercer o patriotismo neste País. Não poderíamos ficar à mercê de certos órgãos de comunicação que tentam, a todo custo, abafar, camuflar e esconder os acontecimentos. E fazemos questão de citar claramente a Rede Globo, que ontem foi incapaz de mostrar em seu jornal local das 19 horas ou no Jornal Nacional uma cena qualquer da mobilização popular na Praça 7 e algumas deduções ou ilações da reunião de Governadores. Mas o que poderíamos esperar da Rede Globo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes nas galerias? O que poderíamos esperar de uma rede de comunicação que até no esporte tenta manipular o povo brasileiro? No dia 26 de dezembro, um sábado à tarde, quando duas importantes equipes de futebol do Brasil, incluídas entre os dez melhores clubes de futebol do atual "ranking" da FIFA, Palmeiras e Cruzeiro, jogavam, a Rede Globo, que não detinha exclusividade ou que não detinha poderes para a transmissão daquela partida pela Copa Mercosul, foi incapaz de mencionar em seu programa vespertino Globo Esporte, horas antes, uma palavra que fosse sobre o jogo daquela tarde no Estádio do Parque Antártica, em São Paulo, Palmeiras e Cruzeiro, pela segunda partida da final da Copa Mercosul.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se uma emissora de televisão do porte da Rede Globo tenta manipular o povo no esporte, que diríamos na política e na economia, setores com os quais ela tem um pacto, tirando proveito de governos fracos, tíbios, através de polpudas verbas de publicidade?

Estamos aqui nesta tarde para fazer esses pequenos comentários. Esses comentários, mesmo não atingindo um Plenário e uma galeria cheios, atentos, que pudessem nos ouvir, pelo menos na TV Assembléia, com os mais de 120 mil assinantes de TV a cabo, tenho certeza de que todos irão refletir comigo a respeito das colocações que aqui fizemos. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, tentarei ser breve, porque o tempo é exíguo, e é necessário que eu conclua a minha fala dentro de três minutos, em que pese a importância da intervenção do Deputado Raul Lima Neto.

É importante chamarmos a atenção do País para o embate que Minas vem enfrentando. Não podemos ficar à mercê dos especuladores e de uma política perversa e de exclusão. Evidentemente, participo desse embate e espero que a voz de Minas prevaleça, assim como a de outros Estados, que, apesar de tímidos para participar, estão ávidos por um acordo menos penoso do que o vigente, por um acordo que não venha apenas atender aos ditames internacionais.

Refiro-me, agora, a uma outra exclusão da qual Minas Gerais será vítima. Belo Horizonte foi excluída das eliminatórias da Copa do Mundo de 2002. O Mineirão não está relacionado pela CBF, não sei se por incompetência do Elmer Guilherme, atual Presidente da Federação, por birra do Ricardo Teixeira ou por reflexo de tudo isso. Foram escolhidos Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Fortaleza, Manaus, Curitiba e Recife. Sem dúvida alguma, Belo Horizonte conta com o melhor estádio do Brasil. Não é o maior, mas o melhor. E vamos ficar excluídos, talvez em virtude dessa política de perseguição, centralizada nas mãos desse imperador. O Presidente da CBF deve estar sendo influenciado no sentido de excluir Minas Gerais. Ai está a denúncia. Espero que haja uma reação, a fim de que Belo Horizonte não permaneça excluída das eliminatórias para a próxima Copa do Mundo. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/99

Em 19/1/99, o Sr. Presidente autorizou, com base no art. 24, VII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a aquisição de modulador de áudio e vídeo - Minascontrol Equipamentos e Sistemas Ltda.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/99

Em 19/1/99, o Sr. Presidente autorizou, com base no art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a aquisição e instalação de sistema facilitador de acesso por identificação de digital - M. I. Montreal Informática Ltda.

ERRATAS

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.976/98

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 11/12/98, na pág. 43, col. 3, no art. 1º do Substitutivo nº 1, onde se lê:

"e 29, § 4º, leia-se:

"e 39, § 4º.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.976/98

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 31/12/98, na pág. 27, col. 3, no art. 1º do Projeto de Lei nº 1.976/98, onde se lê:

"e 29, § 4º, leia-se:

"e 39, § 4º.

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 23/1/99, pág. 16, col. 1, onde se lê:

"exonerando, a partir de 25/1/99, Evandro Xavier Gomes ", leia-se:

"exonerando, a partir de 23/1/99, Evandro Xavier Gomes".